

A cadeia de custódia e a construção de uma narrativa de si no Arquivo Pessoal de Alberto Pasqualini

Augusto César Luiz Britto¹

Introdução

Os documentos arquivísticos, os livros e as peças museológicas que compõem o acervo pessoal do ex-Senador da República, Alberto Pasqualini, encontram-se custodiados tanto na Prefeitura Municipal de Ivorá/RS como no Museu Casa Alberto Pasqualini, localizado no mesmo município. O acervo possui informações principalmente da atuação política e partidária de seu titular desde a sua graduação em Direito pela Faculdade Livre de Porto Alegre em 1929 até os últimos anos de sua atuação pelo Senado Federal.

O conjunto desses documentos demonstra uma narrativa construída pelos agentes responsáveis pela custódia do acervo que exaltam a contribuição e, consequentemente, a relevância histórica de Alberto Pasqualini para a história da corrente trabalhista do Brasil e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB do período entre 1945 e 1960, exaltando as bases de seu pensamento e de sua atuação política na década de 1930 até o ano de 1945.

Considerando que a formação de um acervo pessoal é motivada por uma intenção autobiográfica, ou seja, guarda-se documentos que em conjunto transmitem a imagem que se quer que se perpetue sobre o seu titular (ARTIÈRES, 1998) e que, portanto, todos aqueles que foram responsáveis por sua guarda e organização devem ser considerados para a compreensão do contexto da narrativa construída por estes, o artigo irá apresentar a formação da narrativa presente no acervo de Alberto Pasqualini no decorrer de sua cadeia de custódia

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq-UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições da UFSM. Docente do curso de Arquivologia da UFSM. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Especialista em Gestão de Arquivos pela UFSM. Graduado em História pela Universidade Franciscana (UNIFRA) e em arquivologia pela UFSM. Coordena o Programa de Arquivos Pessoais da UFSM. Email: augusto.britto@ufts.edu.br.

O percurso de uma narrativa para si de Alberto Pasqualini mediante o seu Arquivo Pessoal

As denominações para identificar a mensagem presente dentro de um arquivo pessoal podem variar, apenas citando algumas, entre escrita de si, imagem de si e narrativa de si. O que as definições sugerem é que a formação de um acervo estabelece elementos de construção de um texto intencional sobre o titular, exaltando e subtraindo componentes que o integram enquanto personagem público, mediante a seleção e organização documental.

No decorrer de nossas vidas, produzimos e recebemos inúmeros documentos cuja totalidade de volume é impossível de se preservar, e por esta razão, realizamos uma seleção daquilo que julgamos importante manter para a posterioridade. A seleção documental deve estar enquadrada com a pretensão discursiva que se almeja atingir. Neste sentido, é necessário compreender o contexto de acumulação documental defendido por Heymann (1997) e não apenas o contexto de produção, como dita a literatura arquivística tradicional, voltada a documentos oficiais de Estado e/ou de instituições privadas, tendo em vista as especificidades que um arquivo pessoal possui. É a busca de alinhar as motivações pessoais defendida por Hobbs (2016) quanto à experiência do titular, interação entre suas atividades profissionais e pessoais e, principalmente, considerar a documentação como algo fluido e pessoal.

Compreender uma narrativa pessoal em um arquivo pressupõe uma unidade da personalidade e/ou da trajetória do titular, já que a seleção e a organização documental nos induzem à leitura realizada por seus custodiadores. Porém, essa unidade não passa de uma ilusão, já que cada pessoa possui inúmeras camadas em sua personalidade e responde de maneiras diferentes dependendo de qual grupo está momentaneamente inserida (DOSSE, 2009). A seleção e organização documental constroem uma unidade que corresponde a uma camada em si da personalidade e que responde à imagem pública que se pretende fixar sobre o titular do acervo.

Os historiadores, arquivistas e demais pesquisadores que organizam ou utilizam arquivos pessoais como fonte de trabalhos acadêmicos devem ter em mente que estes não são o espelho da trajetória do indivíduo em si, como preconizado por Gomes (2004), já que existe uma intencionalidade por trás do discurso estabelecido pela seleção,

exclusão e organização de documentos. Não existe uma memória em estado bruto, mesmo que transpareça neste tipo de documentos.

A narrativa sobre Alberto Pasqualini em seu arquivo deve ser compreendida dentro destas premissas. A leitura de cada peça documental de seu acervo, do conjunto destas em série e do fundo como um todo permitiu perceber a prevalência da imagem de intelectual e doutrinador da ideologia trabalhista que corresponde com a sua imagem pública. Porém, os contornos finais da narrativa de si em seu acervo não foram realizados por ele e sim pelos agentes responsáveis por sua custódia após o seu falecimento, a saber: Suzana Pasqualini, sua esposa, que herdou o acervo, e a Prefeitura Municipal de Ivorá para quem ela doou o mesmo.

Antes de falar das ações de acumulação documental de Alberto Pasqualini, é importante apresentar uma breve biografia para se compreender quem era essa personalidade política: ele nasceu em 1901, no Núcleo Norte pertencente à ex-Colônia de Silveira Martins/RS (que na época pertencia a Júlio de Castilhos/RS), e desde 1988 passou a ser o município de Ivorá/RS.

Entre os anos de 1909 a 1913, devido à profissão de seu pai, escrivão distrital, Alberto Pasqualini residiu nos municípios de Restinga Sêca, Jaguari e Cachoeira do Sul. Em São Leopoldo, ele entra para o Seminário Jesuíta como aluno do curso de Humanidades, abandonando o mesmo em 1919. No Colégio Anchieta de Porto Alegre, no ano de 1920, cursa o Magistério e, posteriormente em 1922, terminou o colegial no Colégio Júlio de Castilhos. Em 1929, Alberto Pasqualini conclui o curso de Direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre como aluno laureado e orador da turma.

Inicia sua vida pública na Revolução de 1930 como Comandante Militar do Porto de Porto Alegre e do Batalhão João Pessoa, estando a favor da Aliança Liberal - AL². Em 1935 elege-se vereador de Porto Alegre pelo Partido Libertador – PL³.

Após o término do seu mandato, torna-se membro do Departamento Administrativo - DA do Estado em 1939 e em 1943 toma posse como Secretário do Interior e Justiça - SIJ do Governo de Ernesto Dornelles, no RS.

No ano de 1945, Alberto Pasqualini atua ativamente na criação da União Social Brasileira – USB⁴, na qual foi absorvida, em 1946, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Em 1947, candidata-se ao governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo PTB e é derrotado por Walter Jobim do Partido Social Democrático - PSD.

² De acordo com Almeida (2019, p 641): “Os republicanos vinham consolidando sua influência desde o fim do período monárquico. Conquistaram a supremacia no controle do poder estadual depois do fim da Guerra Civil de 1893. O caso da permanência de Borges de Medeiros no poder estadual é exemplar da supremacia do PRR: salvo alguns momentos de intervalo, Borges governou o Rio Grande do Sul durante todo o período 1898-1927. A Constituição de 1891 não limitava a reeleição do presidente do estado, o que garantia sua permanência legal. A mudança no texto da Constituição de 1891 se deu somente depois da Guerra Civil de 1923. A assinatura do Pacto de Pedras Altas fechou o acordo que, afinal, impediria Borges de Medeiros de se reeleger novamente (BALBINOT, 2017). Ainda assim, temendo que os republicanos aliados a Borges de Medeiros pudessem descumprir o acordo, em 15 de janeiro de 1924, poucos dias depois da assinatura do Pacto, em São Gabriel, uma reunião entre federalistas e republicanos dissidentes, sob a liderança de Assis Brasil, buscou formar um bloco de oposição que ganhou o nome de Aliança Libertadora – uma coligação que desempenhou o papel tanto de organizar um bloco de oposição efetivo em relação à predominância do PRR, quanto de combater a permanência ou qualquer tentativa de Borges de Medeiros de se perpetuar no governo estadual. Com a impossibilidade de que Borges pudesse concorrer ao cargo novamente, em 1927, os republicanos escolheram o nome de Getúlio Vargas para disputar a presidência do estado e João Neves da Fontoura como vice-presidente. A Aliança Libertadora aderiu ao nome de Vargas, na época visto enquanto um político de perspectiva conciliatória, pois via, na possibilidade de sua eleição, o aumento de seu raio de influência política sobre o governo estadual”.

³ O Partido Libertador foi a institucionalização da Frente Única como partido de acordo com Almeida (2019, p. 641): “Concretizada a eleição de Vargas à presidência do estado, em 1928, a Aliança daria lugar ao partido. Os aliados fundaram, em 3 de março de 1928, em Bagé, o Partido Libertador. Getúlio Vargas, na presidência do estado, atenderia às expectativas dos libertadores, intervindo pessoalmente contra resistências locais para transferir cargos a membros do PL por ocasião das eleições municipais. Vargas garantiu aos libertadores sete cadeiras na Assembleia dos Representantes, “quando, até então, possuíam direito a apenas seis assentos” (LAPUENTE, 2018, p. 48). Ainda que o PL não creditasse seu apoio irrestrito ao novo governo, houve um aumento de seu raio de atuação e a quebra do continuísmo representado pelos governos do republicano Borges de Medeiros”.

⁴ O sucesso do seu discurso de formatura como paraninfo da turma de Economia da Universidade do Rio Grande do Sul de 1944 e do artigo “sugestões para um programa” culminou na união de adeptos e simpatizantes, populares e intelectuais de Porto Alegre, formando o “Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini”, sob a liderança do padre João Monteiro dos Santos e apoio financeiro de Aníbal de Prímo Beck⁴ (ALMEIDA, 2015; ANGELI, 2020a; SILVA, 2012; MACIEL *apud* SIMON, 2001). Este movimento foi o embrião da União Social Brasileira – USB que se caracterizava, de acordo com Silva (2012, p. 33), como uma “sociedade do pensamento”, ou seja, “um organismo político integrado por intelectuais que visam indiretamente influir, via proselitismo, nos negócios públicos”. Com propostas que visavam reformas sociais e econômicas e a defesa da democracia, a USB se alinhava a esquerda dentro do campo político ideológico do período. Em 1946, a USB foi assimilada pelo PTB formando uma das alas do novo partido.

Sua principal obra, o livro “Bases e Sugestões para uma Política Social”, foi publicado em 1948. Conforme Simon (2001, p. 57), o livro aprofundou “as ideias que nortearam não apenas sua atividade política, mas a de um significativo grupo político do PTB”, além de ajudar a consolidar suas ideias como trabalhistas.

Na eleição de 1950, é eleito Senador pelo Rio Grande do Sul. É nesse ano que ele contrai matrimônio, no Rio de Janeiro, com Suzana Thompson Flores. Candidata-se novamente ao governo do Estado do RS pelo PTB em 1954, sendo derrotado dessa vez por Ildo Meneghetti do PSD. Em 1955, sofre derrame cerebral e afasta-se da vida pública, vindo a falecer, em 1960, no Rio de Janeiro.

Em seus discursos e publicações, Alberto Pasqualini procurava criar uma consciência em torno da justiça social. Suas ideias se tornaram a base para a teoria trabalhista e, por esta razão, ele ficou conhecido como o teórico do trabalhismo brasileiro. Destacam-se sua luta pela igualdade e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora via consolidação e aprofundamento das leis trabalhistas. Ele foi um grande defensor da liberdade de pensamento individual e da livre expressão da imprensa. Além disso, criticou os regimes autoritários e era contra as perseguições políticas, partidárias e de pensamento que ocorreram durante o Estado Novo. Entre suas principais contribuições enquanto agente político estão a elaboração do projeto nº 21/1954, que previa a instituição do Sistema Federal de Bancos e, principalmente, a defesa do monopólio estatal da Petrobrás como estratégia nacional.

De acordo com o resumo biográfico apresentado, é notável a significância de Alberto Pasqualini enquanto sujeito histórico e social, tanto em nível estadual quanto nacional, no período entre 1930 e 1960. No interior do diretório gaúcho do Partido Trabalhista Brasileiro, por exemplo, ocorreu o processo de mitificação da persona de Alberto Pasqualini, oriunda da distinção que o mesmo adquiriu mediante suas ideias e discursos que empolgavam aqueles que seguiam a doutrina do trabalhismo, principalmente os jovens e estudantes (ALMEIDA, 2015).

Apesar do alto grau de relevância de seus atos e de sua produção ideológica, parte-se do pressuposto de que, inicialmente, Alberto Pasqualini formou o seu acervo pessoal não para fins de edificar a si próprio. Ele, em sua trajetória política, demonstrou consciência do valor do legado de uma personalidade para a memória daquilo que ela representava. Witkowski e Freitas (2008) citam o trecho do Diário de Notícias de 18 de

março de 1949 no qual Alberto Pasqualini comenta sobre a importância do reconhecimento para um homem público quando o sentido social de seus atos e de seus pensamentos se eternizam após o falecimento do mesmo.

O processo de acumulação de seus documentos visava principalmente, portanto, consolidar, perpetuar e difundir as suas ideias que culminaram na doutrina trabalhista. Também estaria em seus objetivos o de provar as ações dele enquanto figura pública atuante, mas as suas ideias em si eram prioridades.

A edificação de sua imagem ocorreu de fato junto com as outras instâncias da cadeia de custódia pelas quais o acervo passou. A cadeia de custódia compreende as diferentes instâncias de responsabilidade pelas quais um acervo passa ao longo de sua história, sendo fundamentais para a interpretação e representação da narrativa existente em um acervo. Meehan (2018) argumenta que os modos de criação, acumulação, utilização, guarda, transmissão e tratamento pelos quais os documentos passam em cada instância de custódia influenciam o contexto de elaboração da narrativa existente em um arquivo pessoal. Segundo o autor, as três instâncias da cadeia de custódia são as seguintes: produtor (custódia pessoal), custodiantes subsequentes (história custodial) e custódia arquivística (instituição arquivística).

A custódia não é o único fator a ser perdido pelo titular quando um arquivo se desloca para a sua segunda e/ou terceira instância. Quanto a elaboração de uma narrativa, a autoria e os sentidos à serem incumbidos são deslocados para os novos custodiadores. Heymann (2005) comenta que atribuição ou renovação de significados é um ato de “injunção identitária” para fins de consolidação do capital político, social, político ou acadêmico do titular do acervo. É um ato que permite associar a própria memória com a daquele que acumulou o acervo e, por esta razão, o titular é digno de produção e preservação de uma memória.

Alberto Pasqualini faleceu em 1960, como mencionado anteriormente. Coube a sua esposa, Suzana Pasqualini, a guarda de seus documentos, tornando-se assim a segunda instância da cadeia de custódia, o custodiador subsequente, do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini.

Suzana Pasqualini é originária de uma família tradicional do Rio Grande do Sul, a família Thompson Flores, sendo neta do Barão de Condeixa, que lutou na Guerra de Canudos. Ela nasceu em 1922 em Porto Alegre e conheceu Alberto Pasqualini quando

trabalhava no Banco da Província do Rio Grande do Sul, na sede do Rio de Janeiro. O casamento ocorreu no final de 1950, antes de Alberto Pasqualini assumir uma cadeira no Senado Federal em 1951.

Analisando a relação de Suzana Pasqualini com o acervo de seu esposo, é possível destacar três momentos: 1) esposa e secretária de Alberto Pasqualini; 2) representante de Alberto Pasqualini; e 3) viúva de Alberto Pasqualini.

As aparições de Suzana Pasqualini no noticiário começaram em 1950, justamente devido ao seu casamento. A nomeação frequentemente a identificava como a “esposa do Senador Alberto Pasqualini” mais do que pelo seu próprio nome. Ela o acompanhou ao longo de sua carreira parlamentar e na campanha para o cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1954. Nesse período, Suzana Pasqualini o auxiliou na produção de documentos e, principalmente, na guarda deles, atuando como sua secretária.

Esse cenário perdurou até o Réveillon de 1956, quando Alberto Pasqualini sofreu um derrame que resultou na perda de seus movimentos. Após esse acontecimento, Suzana Pasqualini tornou-se a representante dos interesses de seu esposo em questões jurídicas, financeiras e até políticas, como no caso em que proibiu os dissidentes do PTB de utilizarem o nome de Alberto Pasqualini (DIÁRIO DO PARANÁ, 1959). Com a incapacidade de continuar no cargo de Senador, o casal viu seus recursos financeiros diminuírem, o que resultou em dificuldades econômicas para ambos.

Com o falecimento de Alberto Pasqualini em 1960, Suzana Pasqualini geralmente é mencionada como “a viúva de Alberto Pasqualini”, deixando seu próprio nome em segundo plano. Agora, ela não era mais a representante dos interesses dele, mas a da memória de Alberto Pasqualini e de sua doutrina trabalhista. No ano seguinte, por exemplo, ela foi convidada a representar seu esposo na cerimônia de formatura do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB (O SEMANÁRIO, 1961).

Sua aposentadoria do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social em 1987 permitiu que ela se dedicasse com mais profundidade ao legado de Alberto Pasqualini, organizando seu acervo. Esse trabalho resultou em um sumário (ver imagem 1) denominado por ela como 'Vida e Obra de Alberto Pasqualini' (PASQUALINI, [1987-1991]), que serve como um instrumento de pesquisa do acervo. O sumário apresenta uma breve biografia de Alberto Pasqualini e uma síntese de sua

produção inicialmente, além de explicar como o acervo foi organizado. Em cada seção, são detalhados o conteúdo dos documentos, alguns tipos documentais e datas de referência.

Figura 5 - Sumário "Vida e obra de Alberto Pasqualini"



Fonte: BRITTO (2019) Prefeitura Municipal de Ivorá/RS.

A análise preliminar do arquivo pessoal e a descrição individual das peças documentais realizadas na produção de um catálogo, que serve como um instrumento de pesquisa mais detalhado do acervo, nos permite afirmar que Suzana Pasqualini organizou o acervo não apenas para preservar a memória do trabalhismo brasileiro, como preconizado pelo titular do arquivo, mas também para edificar a imagem de Alberto Pasqualini no que diz respeito às suas ações políticas e doutrinárias. A narrativa elaborada por Suzana Pasqualini, durante o processo de seleção e organização, estava alinhada com a imagem pública consolidada de Alberto Pasqualini, com destaque para a obra de Milton Dutra (1986).

Quanto à imagem pública de Alberto Pasqualini, é necessário fazer algumas considerações: Esta imagem foi moldada ao longo de suas diversas atuações. De acordo

com Silva (2012), o desempenho no curso de Direito e, principalmente, o discurso proferido em sua formatura, despertou o primeiro reconhecimento, em nível local, da figura de Alberto Pasqualini como intelectual.

A performance de Alberto Pasqualini em cargos administrativos nas décadas de 1930 e 1940 despertou a atenção de seus pares e da população devido à habilidade que ele demonstrava em garantir o bom funcionamento dos poderes públicos dentro das regras estabelecidas em torno do debate político parlamentar. Sua figura política estava relacionada a uma dupla identificação: como líder político e como um exímio conhedor técnico e administrativo, o que o levou a ocupar cargos importantes na administração pública do Estado do Rio Grande do Sul em rápida sucessão (ALMEIDA, 2015).

Os artigos publicados em jornais como o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde*, a estruturação da União Social Brasileira - USB e a obra "Bases e Sugestões para uma Política Social", que se tornou a base do pensamento político do PTB, consolidaram a imagem de Alberto Pasqualini como intelectual e teórico trabalhista em nível nacional (SILVA, 2012).

De acordo com o levantamento de Fernandes (2010), os atributos presentes nos discursos sobre a personalidade de Alberto Pasqualini incluem a descrição de um homem correto, íntegro, justo e coerente com seus princípios doutrinários. No entanto, não são consideradas as incoerências e ambiguidades inerentes ao discurso pasqualinista em si, uma vez que a imagem de filósofo, idealista e intelectual é frequentemente apresentada como algo incontestável. Fernandes (2010) chama a atenção para o fato de que a maioria das obras sobre Alberto Pasqualini foi organizada por políticos, o que levanta a questão de se a imagem pública produzida sobre ele é uma representação da memória que se deseja construir em relação à importância de seu legado, principalmente no que diz respeito ao seu papel no desenvolvimento da política nacional, ou se está em conformidade com as opiniões contemporâneas a ele.

A capa do livro de Riela (1992), por exemplo, é analisada por Angeli (2020) para demonstrar que a imagem pública de Alberto Pasqualini como um pensador foi consolidada dentro da corrente trabalhista, e essa imagem se transferiu para a historiografia de acordo com o autor.

As atuações partidárias e parlamentares de Alberto Pasqualini foram relegadas a um segundo plano pelos autores que o estudaram, uma vez que a ênfase recaiu em sua

atuação intelectual. Outras dimensões da vida pessoal de Alberto Pasqualini receberam pouca atenção, como sua religiosidade. A influência de sua formação seminarista é destacada por Wedy (2009) ao apresentar algumas ideias de Alberto Pasqualini como um exemplo de uma personalidade com alto teor religioso. No entanto, Miranda (2012) enfatiza que o conteúdo da doutrina social eclesiástica presente em seu discurso era uma reação às acusações de sua ligação ao comunismo e ao ateísmo. Essas acusações foram feitas por opositores de Alberto Pasqualini em oposição à sua crescente notoriedade e à possibilidade de sua vitória nas eleições para o Governo do Estado do RS.

Pode-se destacar, em ordem cronológica, as obras dos memorialistas como um dos principais responsáveis pela elaboração da imagem pública de Alberto Pasqualini: Bresolin (1982), Dutra (1986), Riela (1992), Simon (1994, 2001 e 2010), Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (2005) e Souza *in* Pasqualini (2008). No momento da organização do acervo, apenas as duas primeiras obras haviam sido publicadas. A existência de cópias do livro de Milton Dutra e a forma de organização interna de algumas subséries indicam que Suzana Pasqualini teve essa obra como a grande referência⁵.

Algumas considerações sobre a organização realizada por Suzana Pasqualini e suas implicações devem ser apontadas. As divisões do acervo, correspondentes a séries e subséries documentais do quadro de arranjo⁶, totalizam trinta e duas (uma referente a

⁵ Outras obras que abordam ou tangenciam Alberto Pasqualini como objeto de estudo devem ser destacadas: 1) Textos cujo o objeto principal de estudo é o PTB – BODEA (1992), NEVES (2001) e GRILL (2005); 2) Textos cujo o objeto de pesquisa é “Alberto Pasqualini” enquanto principal doutrinário trabalhista – NALIN (1995), WITKOWSKI; FREITAS (2008), VASCONCELLOS (2008 e 2009), RANGEL (2009), WEDY (2009), FERNANDES (2010), MIRANDA (2010), BANDINELLI (2011) e SILVA (2012 e 2013); 3) Textos cujo objeto de pesquisa é “Alberto Pasqualini” sem o enfoque de “mito doutrinário” – GRIJÓ (2009), CRUZ (2009), ALMEIDA (2015, 2016, 2019 e 2022), ANGELI (2011^a, 2016^b, 2017, 2020a, 2020b e 2022) ROSS (2019 e 2020) e FELONIUK (2022).

⁶ O quadro de arranjo do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini é composto das seguintes séries (divisões): 1 - A Revolução de 1930; 2 - Eleições Municipais do RS; 3 - Departamento Administrativo do RS; 4 - Secretaria do Interior e Justiça do RS; 5 - União Social Brasileira – USB; 6 - Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; 7 - Eleições para o Governo do Estado do RS – 1947; 8 - Eleições para o Senado Federal – 1950; 9 - Eleições para o Governo do Estado do RS – 1954; 10 - Pensamento político e filosófico de Alberto Pasqualini; 11 - Entrevistas concedidas por Alberto Pasqualini e reportagens e artigos sobre Alberto Pasqualini; 12 Senado Federal – Pareceres; 13 - Senado Federal – Pedidos de auxílios e subvenções; 14 - Senado Federal – Discursos pronunciados no plenário do Senado Federal sobre “As reformas de base” e a “Concepção trabalhista de Alberto Pasqualini”; 15 - Senado Federal – Reforma do Sistema Bancário Estatal; 16 - Senado Federal – Petrobrás; 17 - Senado Federal – Plano Osvaldo Aranha – Política Cambial; 18 - Senado Federal – Fundação da Casa Popular; 19 - Senado Federal – Estudos e subsídios relativos a renda nacional, reforma administrativa e agrária; 20 - Senado Federal – Estudos e subsídios relativos ao carvão vegetal e a Usina de Termoelétrica de Charqueadas; 21 - Senado Federal – Greve na Marinha Mercante e Sucessão Presidencial; 22. Senado Federal – Abolição da cláusula de assiduidade nos dissídios

um evento histórico, quatro sobre eleições nas quais ele participou, dezenove abrangendo os cargos políticos que ocupou, duas relacionadas a partidos políticos, duas sobre suas produções doutrinárias, uma sobre assuntos de interesse e três relacionadas a atividades pessoais).

Nota-se a predominância de séries que correspondem a atividades profissionais em detrimento de outras dimensões de sua vida. O grande volume documental das atividades profissionais relacionam-se ao período em que ele foi Senador da República, já que dezessete das dezenove séries profissionais resultam desse cargo. Isso pode ser explicado pela possível maior conscientização quanto ao valor de seus documentos nos últimos anos de sua vida, que coincidem com o período em que ele ocupou o cargo de Senador, o qual gerou um maior volume de documentos em comparação com os outros dois cargos representados no quadro de arranjo (Vereador de Porto Alegre, membro do Conselho Administrativo e Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul). Também é preciso ressaltar que o período em que Alberto Pasqualini ocupou esses cargos foi menor do que quando esteve atuando no Senado.

As séries que supostamente teriam um teor de cunho pessoal são três (felicitações e boas festas, enfermidade e falecimento). No entanto, os documentos revelam mais o círculo social e profissional de Alberto Pasqualini, demonstrando sua importância dentro da conjuntura política e social da época. Assim, mesmo sendo séries cujos assuntos são pessoais, as informações contidas nesses documentos não revelam a intimidade de Alberto Pasqualini.

Uma série que chama a atenção é a de correspondência selecionada, pois ela demonstra a relação de Alberto Pasqualini com as principais figuras sociais e políticas do Brasil, e, principalmente, do Rio Grande do Sul. As demais correspondências encontram-se em outra série, sem que tenha havido a preocupação de elaborar uma listagem como na série anterior.

coletivos de trabalho; 23. Senado Federal – Ante projetos, projetos de lei, leis, pareceres e emendas; 24. Senado Federal – Caso Lupion – Venda da fábrica de papel Arapoti; 25 - Senado Federal – Política econômica e financeira; 26 - Senado Federal – Diário do Congresso – Atos do Poder Legislativo; 27 - Senado Federal – Correspondência Selecionada; 28. Senado Federal – Correspondência; 29. Felicitações de Boas Festas; 30. Coletânea sobre Getúlio Vargas e Jânio Quadros; 31. Enfermidade; 32. Falecimento; e C – Complementar.

Alguns documentos que não estavam listados nas 32 séries estabelecidas por Suzana Pasqualini foram enviados juntos para Ivorá. São documentos que estavam em sua residência no Rio de Janeiro e que não deveriam fazer parte da narrativa por ela estabelecida sobre Alberto Pasqualini. A seleção de documentos para constituir uma narrativa de si e/ou uma memória de si está relacionada à pulsão de morte, de acordo com os argumentos de Derrida (1997), pois ao privilegiar alguns fatos, personagens e elementos, além da narrativa em si, com o objetivo de preservar uma memória, acaba-se deixando de lado outros elementos, resultando no esquecimento desses. Para o autor, um arquivo jamais será a memória ou sua anamnese em seu estado bruto, pois paradoxalmente, ao arquivar lembranças, também se produz o esquecimento.

Nesse sentido, os documentos que chegaram até Ivorá e que não estavam na lista de documentos a serem preservados são um exemplo do esquecimento que o ato de arquivar pode gerar, mas que, neste caso, não foi concretizado. Ao analisar previamente essa documentação, agrupada na série “complementar”, percebe-se documentos de cunho pessoal, tanto de Alberto Pasqualini como da própria Suzana Pasqualini, ou ainda do casal em si, correspondências profissionais e noticiários não presentes nas demais séries. A análise completa permitirá averiguar quais informações foram deixadas de fora por Suzana Pasqualini e quais seriam as motivações.

Suzana Pasqualini menciona no sumário do acervo que a organização do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini foi o seu “último ato de amor” (ver imagem 2). Ela passou os últimos anos de sua vida dedicada à organização, além de buscar o local para onde o mesmo seria transferido para a guarda permanente. A seleção e organização documental realizadas por ela resultaram em uma narrativa correspondente com a imagem pública de Alberto Pasqualini, tendo como referência principal a obra de Milton Dutra, de intelectual com ações de relevância para a história política e partidária do país.

Figura 6 - Dedicatória de Suzana Pasqualini ao seu esposo presente no sumário organizado por ela



Fonte: BRITTO (2019) Prefeitura Municipal de Ivorá/RS.

Antes de ser doado ao município de Ivorá, o acervo havia sido prometido ao Estado do Rio Grande do Sul mediante o Protocolo de Intenções (RIO GRANDE DO SUL, 1990), estabelecido entre Suzana Pasqualini, Pedro Simon, então Governador do Estado, e Carlos Jorge Appel, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul. No entanto, o primeiro prefeito de Ivorá, Sr. Irineo Mariotti, entrou em contato com Suzana Pasqualini para convencê-la a transferir o acervo para o município, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local com foco no aspecto cultural. O principal objetivo era produzir e consolidar a identidade municipal por meio da figura de Alberto Pasqualini e sua relevância como figura política.

Em 1991, foi organizada a primeira “Semana Cultural Alberto Pasqualini”, com o objetivo de despertar a curiosidade, a consciência e a identidade dos moradores locais. Na ocasião, Suzana Pasqualini foi convidada a participar do evento, ao qual ela aceitou. O principal resultado da Semana Cultural foi a comoção que Suzana Pasqualini sentiu ao estar na terra natal de seu esposo, o que a levou a decidir doar o acervo para o município. A assinatura ocorreu durante o encerramento das comemorações, ao lado do prefeito e do Governador do Estado, Alceu Collares (ver imagem 3).

Figura 7 - Assinatura de doação do acervo de Alberto Pasqualini ao município de Ivorá por Suzana Pasqualini



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá/RS (1991).

O acervo chegou ao município de Ivorá em 1999, após a autorização de recebimento pela Prefeitura por meio da Lei nº 409/1999 (IVORÁ, 1999), seis anos após o falecimento de Suzana Pasqualini. Foi neste momento que ocorreu a monumentalização da memória elaborada por meio da narrativa de Alberto e Suzana Pasqualini, uma vez que o acervo estava sob a custódia de uma instituição dedicada a sua guarda e preservação. A Prefeitura Municipal de Ivorá, embora não seja uma instituição arquivística, se constituiu na terceira instância de custódia do acervo.

O acervo museológico foi transferido para o Museu Casa de Alberto Pasqualini, com a organização a cargo das museólogas Mirian Azruch e Bernadete Dal Molin. Na gestão do Prefeito Fernando Marin, ambas foram novamente contatadas, juntamente com a arquiteta Ediolanda Liedke, para a elaboração do Complexo Cultural Alberto Pasqualini, destinado à guarda dos acervos biblioteconômico e arquivístico. Infelizmente, a Prefeitura não conseguiu obter verbas na época para executar o projeto, apesar de ter doado um terreno para o empreendimento.

O acervo biblioteconômico e arquivístico foi inicialmente colocado em um espaço da biblioteca, mas não foi retirado das caixas de papelão em que estava acondicionado. Na primeira semana da gestão do Prefeito Fernando Marin, o material foi transferido para uma sala localizada ao lado da Secretaria de Educação Municipal, uma vez que o local

anterior estava sujeito a goteiras e os acervos eram protegidos apenas por uma lona. O acesso a essa documentação foi concedido apenas em raras exceções.

Apenas em 2019 (ver imagem 4), é que o acervo arquivístico recebeu um tratamento adequado. Os professores Augusto Britto (Arquivologia/UFSM) e Maria Medianeira Padoin (História/UFSM) contataram o Prefeito Ademar Binotto para a realização de um projeto de extensão no âmbito do Projeto Geoparques Quarta Colônia.

Figura 8 - Acervo Arquivístico e Biblioteconômico de Alberto Pasqualini antes da realização das atividades do projeto de organização e difusão de arquivos pessoais



Fonte: BRITTO (2019) Prefeitura Municipal de Ivorá/RS.

As atividades desenvolvidas buscaram interferir o mínimo possível na narrativa elaborada por Suzana Pasqualini. No entanto, é importante ressaltar que nenhuma atividade intelectual de intervenção é neutra e, quanto aos arquivistas, Heymann (1997) lembra que esses profissionais realizam um novo trabalho de seleção, subtração e representação. A nova forma de acondicionamento e representação descritiva do acervo implicou em novos significados para o acervo, porém buscou-se manter a lógica de pensamento dos primeiros custodiadores.

O projeto de extensão começou com a higienização das peças documentais, que incluiu a remoção de grampos e báscaras oxidadas dos documentos, a limpeza da sujeira da superfície documental utilizando uma flanela e a remoção de plásticos que estavam suados e causavam a dispersão de tinta do tipo lavável utilizada na escrita.

Em seguida, os documentos foram rearranjados e reordenados de acordo com o Sumário elaborado por Suzana Pasqualini. Simultaneamente, os documentos foram digitalizados por uma equipe da própria Prefeitura e armazenados em um drive na nuvem do projeto.

O drive do projeto permitiu o acesso dos representantes digitais da equipe de alunos do Curso de Arquivologia da UFSM em Santa Maria. Esses alunos realizaram a descrição documental de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) nos níveis de fundo (1), série (3) e subsérie (3,5), e através de uma planilha no nível de peça documental (5). O produto final da descrição será o catálogo do acervo, com previsão de publicação, juntamente com o acesso aos representantes digitais, no primeiro semestre de 2024.

Por fim, foram confeccionados invólucros para o acondicionamento dos documentos e destes foram organizados em caixas arquivo (ver imagem 5). Também foram encontrados três discos de vinil nos quais os seus conteúdos foram migrados para o formato digital. Um deles continha músicas compostas por Alberto Pasqualini e os outros dois eram compostos de discursos do titular na eleição para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1954. O arquivo também continha fotografias soltas e três álbuns com as seguintes inscrições: vida pessoal; vida política; e eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1947.

Figura 9 - Acondicionamento arquivístico após a realização das atividades do projeto de organização e difusão de arquivos pessoais



Fonte: BRITTO (2022) Prefeitura Municipal de Ivorá/RS.

Até o momento, o acervo permanece na mesma sala, porém agora acondicionado em estantes de aço. Há um projeto em andamento para a construção de um centro de turismo no município, com previsão de conclusão no final de 2024. Esse centro incluirá um módulo dedicado ao acondicionamento do acervo e um espaço destinado aos pesquisadores. Importante destacar que o acervo biblioteconômico ainda não recebeu nenhum tratamento técnico.

Durante a implementação do projeto, a prefeitura permaneceu fiel à concepção original das primeiras administrações, que visava associar Alberto Pasqualini à cultura e à história locais. A estruturação do acervo tinha como objetivo principal torná-lo acessível de forma adequada, atraindo pesquisadores para o município, ao mesmo tempo que serviria como meio de promover a contribuição intelectual e o percurso político de Alberto Pasqualini. Após o lançamento do catálogo do acervo, a administração municipal planeja introduzir ações para ampliar a divulgação do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini.

Conclusões

A elaboração de uma narrativa, seja por meio de texto, imagem ou memória, em arquivos pessoais resulta do processo acumulação documental do titular do acervo e dos custodiadores ulteriores a ele. A compreensão dessa narrativa envolve a interpretação deste contexto, a fim de compreender a intencionalidade de cada agente responsável pela custódia de um arquivo pessoal.

Este artigo demonstrou como uma narrativa sobre si pode ser construída nas três instâncias de custódia, usando o arquivo pessoal de Alberto Pasqualini como exemplo. A consciência de Alberto Pasqualini sobre a importância de sua documentação para a memória do trabalhismo brasileiro como ideologia, o desejo de Suzana Pasqualini de edificar seu esposo como uma figura relevante na política nacional e a intenção da Prefeitura Municipal de utilizar o legado de sua personalidade mais ilustre para o desenvolvimento local são exemplos de como a intencionalidade influencia na narrativa construída por meio de documentos de arquivo.

A construção de narrativas implica na seleção de elementos que precisam ser coesos para se consolidar. Portanto, enquanto uma memória está sendo construída,

também estão sendo produzidos esquecimentos, e o arquivo de Alberto Pasqualini não é uma exceção. Não existe uma memória bruta, verdadeira e abrangente que cubra toda a trajetória de um indivíduo e suas personalidades em arquivos pessoais.

Cabe aos historiadores e demais pesquisadores não julgar se os fatos apresentados na narrativa sobre si são reais, mas sim compreendê-los como "sinceros" e investigar suas motivações. A compreensão da influência de cada instância da cadeia de custódia em arquivos pessoais, conforme apresentado neste artigo, ajuda a entender os nexos discursivos elaborados pelos titulares sobre si.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: História, debates e tendências. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, p. 636-658, 2019.
- ALMEIDA, D. Alberto Pasqualini e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre: algumas considerações de pesquisa. In: Historiae, n. 7 (2), p. 161-190, 2016.
- ALMEIDA, D. Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese de Doutorado (História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, p. 227, 2015.
- ALMEIDA, D; ANGELI, D. A trajetória política de Alberto Pasqualini: repensando o “doutrinador” e “teórico” do trabalhismo – da entrada na política às aproximações com Getúlio Vargas. In: ALMEIDA, D; BOMBARDELLI, M; TORRES, A. Trajetórias políticas no trabalhismo do Rio Grande do Sul (1940-1960). Passo Fundo: Acervus, 2022.
- ANGELI, D. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 559-578, 2020b.
- ANGELI, D. Eleições, partidos e ideias: Alberto Pasqualini e a abertura do Estado Novo (1945). In: XII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS, 2016a.
- ANGELI, D. O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, p. 343, 2020a.
- ANGELI, D. O candidato do povo: imagem, mobilização e popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954). In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2017.
- ANGELI, D. Plínio Salgado *versus* Alberto Pasqualini no álbum de recortes de João Maria Belém (1950). In: III Encontro Internacional Fronteiras e Identidades. Pelotas, 2016b.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1998.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. O pensamento político de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

BANDINELLI, V. O trabalhismo de Alberto Pasqualini: entre a ordem e a reforma? Monografia (Especialização em história do Brasil). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria/RS, 2011.

BODEA, M. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRESOLIN, A. Ideias em debate. [s.l.] [s.n.] 1982.

CRUZ, J da. Alberto Pasqualini e as eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, CE. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2009. p. 1-10.

DERRIDA, J. Mal de archivo: uma impresión freudiana. Valladolid (Espanha): Simancas Ediciones, 1997.

DOSSE, F. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

DUTRA, M. Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FELONIUK, W. Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, turma de 1928: a controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a mentalidade pós-guerra. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

FERNANDES, V. Alberto Pasqualini, o PTB e o trabalhismo. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

GOMES, A. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, p. 378, 2004.

GRIJÓ, L. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, J; REIS, D. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRILL, I. Bases sociais e intérpretes da “Tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005.

HEYMANN, L. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1997.

HEYMANN, Luciana. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HOBBS, C. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. (org.). Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MEEHAN, J. Novas considerações sobre a ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L; NEDEL, L (Org). *Pensar os arquivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MIRANDA, S. Capitalismo solidário e justiça social no trabalhismo de Alberto Pasqualini. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Rio Grande/RS, v. 4, n. 7, 2012.

- NALIN, J. Positivismo x trabalhismo de Alberto Pasqualini: caminhos entrecruzados. Dissertação (Ciências Políticas). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria/RS, 1995.
- NEVES, L. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FEREIRA, J. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- PASQUALINI, A. Bases e sugestões para uma política social. Porto Alegre: Rígol, 2008.
- RANGEL, C. Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. In: Em tempo de Histórias. Brasília, n. 14, 2009.
- RIELA, C. Pasqualini: vida e obra. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1992.
- ROSS, G. Análise Arquivística do instrumento de pesquisa “Sumário Vida e Obra de Alberto Pasqualini”. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2019.
- ROSS, G. Análise Arquivística do instrumento de pesquisa “Sumário Vida e Obra de Alberto Pasqualini”. In: Acervo. Florianópolis, v.30, n. 61, p 845-869, 2020.
- SILVA, R. Alberto Pasqualini: referência intelectual trabalhista e ideias reformistas. In: Intellèctus. Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, R. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado (História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro, p. 290, 2012.
- SIMON, P. (org). Alberto Pasqualini: obra social & política. Brasília: Senado Federal, 1994.
- SIMON, P. (org). Alberto Pasqualini: textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SIMON, P. (org). Atualidade de Alberto Pasqualini. Brasília: Senado Federal, 2010.
- VASCONCELLOS, L. Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil. Dissertação de mestrado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 120p, 2009.
- VASCONCELLOS, L. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. In: IX Encontro Estadual de História. Salvador, 2008.
- WEDY, G. Alberto Pasqualini: o homem, o pensamento e o trabalhismo. In: Revista da AJUFERGS. Porto Alegre, 2009.
- WITKOWSKI, A; FREITAS, T. A influência do idealismo de Alberto Pasqualini no governo João Goulart (1961-1964). In: Revista do historiador. Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2008.
- Fontes**
- Esposa de Pasqualini não quer que dissidentes do PTB usem o nome do marido. Diário do Paraná. Curitiba, ano 05, n. 1399, p. 03, 07 de novembro de 1959;
- IVORÁ. Lei municipal nº 409/1999, de 9 de fevereiro de 1999. Autoriza o poder executivo municipal a receber em doação o acervo bibliográfico e mobiliário do senador

Alberto Pasqualini e dá outras providências. Ivorá: Câmara Municipal de Vereadores, 1999.

O entreguismo e um marginal do regime democrático. O Semanário. Rio de Janeiro, ano 06, n. 243, p. 14, 01 de janeiro de 1961.

PASQUALINI, S. *Vida e obra de Alberto Pasqualini*. Rio de Janeiro: [s. n.], ([entre 1987 e 1991]).

RIO GRANDE DO SUL. Protocolo de intenções. Termo que firmam o Estado do Rio Grande do Sul e Suzana Pasqualini. Porto Alegre: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1990.